

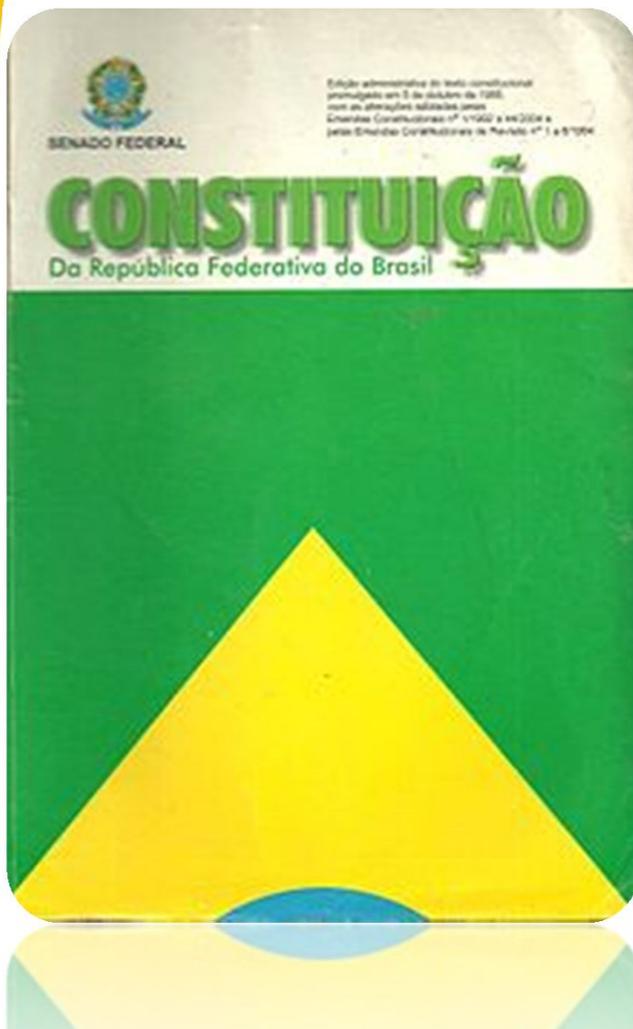
*Transição Governamental
sob enfoque do Governo
Federal*

CGU-Regional/RO

Estruturação da nossa “Conversa”...

Contextualização	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente em que vocês estão assumindo;• Novas exigências e Desafios.
Aplicação de Recursos Federais	<ul style="list-style-type: none">• Processo de fiscalização;• Principais fragilidades evidenciadas pela CGU.
Temas em voga	<ul style="list-style-type: none">• Execução e prestação de contas de convênios;• Lei de Acesso à Informação nos Municípios.
Disposições finais	<ul style="list-style-type: none">• Recomendações para um bom governo.

DÉCADA DE 80 – PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO



- “Estado de bem estar social”;
- Constituição Cidadã – Garantia de Direitos Sociais;
- Ampliação dos Direitos à Educação, Saúde e Assistência Social aos brasileiros.

DILEMA...



Como o Governo Federal fará para implementar os novos direitos em um país de dimensão continental como é o Brasil?

SIMPLES...

**Compartilhando
(descentralizando)
responsabilidades...**



Compartilhamento de Responsabilidades



Governo Federal

- Desenho das Políticas Públicas (Programas)
- Descentralização dos Recursos

Governo Municipal

- Atendimento das condicionalidades
- Complementação Financeira;
 - Execução das Políticas Públicas.



Cobrança cada vez maior da sociedade...



PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa de ensino:



Creches – R\$ 1

Pré-escola – R\$ 0,50

Escolas indígenas e quilombolas – R\$ 0,60

Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos – R\$ 0,30

Ensino integral (Mais Educação) – R\$ 0,90

FALTA MERENDA NO MUNICÍPIO...



**A CULPA
É DE
QUEM???**

Em contrapartida, cada vez menos recursos...



TRABALHO

Sem acordo com prefeitura, greve de servidores em São Paulo continua

Serviço funerário é "ponta de lança" em paralisação por reajuste maior para todas as categorias do funcionalismo público

Por: [Redação da Rede Brasil Atual](#)

Publicado em 30/08/2011, 18:19

Última atualização às 18:19



São Paulo - Os servidores públicos municipais de São Paulo decidiram, em assembleia, continuar a greve iniciada nesta terça-feira (30) por reajuste para todas as categorias do funcionalismo da cidade, pelo menos até próxima assembleia na quinta (1º). Uma comissão foi recebida por representantes da prefeitura na Secretaria de Planejamento e Gestão, porém não se chegou a um acordo a respeito da extensão dos índices apresentados para a saúde e educação – 13,43% e 11,23%, respectivamente – aos demais trabalhadores.

O serviço funerário, que já havia parado atividades em junho, é a área com mais adeptos à greve, segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindsep). Foram chamados membros da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para dirigir os carros do serviço funerário e realizar o translado de corpos. Irene Batista de Paula, presidente da entidade, critica que estão sendo utilizados recursos para desestruturar a paralisação. "Eles (GCM) não têm treinamento nem conhecimento para tal", disse.

ÚLTIMAS DE TRABALHO

14/11/2012, 19:00

Trabalhadores nas obras de Suape (PE) decidem manter paralisação

14/11/2012, 17:44

Correios vão recorrer de decisão judicial contrária a terceirização em atividade-fim

14/11/2012, 16:26

Maia reafirma intenção de votar fim do fator previdenciário na próxima semana

14/11/2012, 12:42

'Piso de proteção' encobre corte de direitos e políticas sociais, diz professor

13/11/2012, 20:09

TRT de São Paulo fixa em 6% reajuste salarial no setor de distribuição de gás

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

18/11/2012, 18:50

Rio faz passeata LGBT contra a violência e o preconceito sexual

18/11/2012, 18:25

Expansão da classe média influencia crescimento do mercado de orgânicos

18/11/2012, 16:11

Secretário-geral da ONU anuncia viagem



Fiscalização da CGU nos Municípios

Sorteio de Unidades Municipais

Municípios definidos por Sorteio;

Equipe composta por, no mínimo, sete servidores;

Cronograma e encaminhament os previamente definidos.

Avaliação de programas

Municípios definidos por procedimento estatístico;

Objetivo avaliar a execução de um determinado programa;

Ex.: Luz para Todos; Inclusão Digital

Demandas Externas

Fiscalizações solicitadas pelo MP, PF, pelo Ministério Supervisor ou outras autoridades;

Denúncias formalizadas por cidadãos.

Sorteio de Unidades Municipais



Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia



Controladoria
Geral da União



Análise dos resultados das fiscalizações da CGU

Escopo da Pesquisa

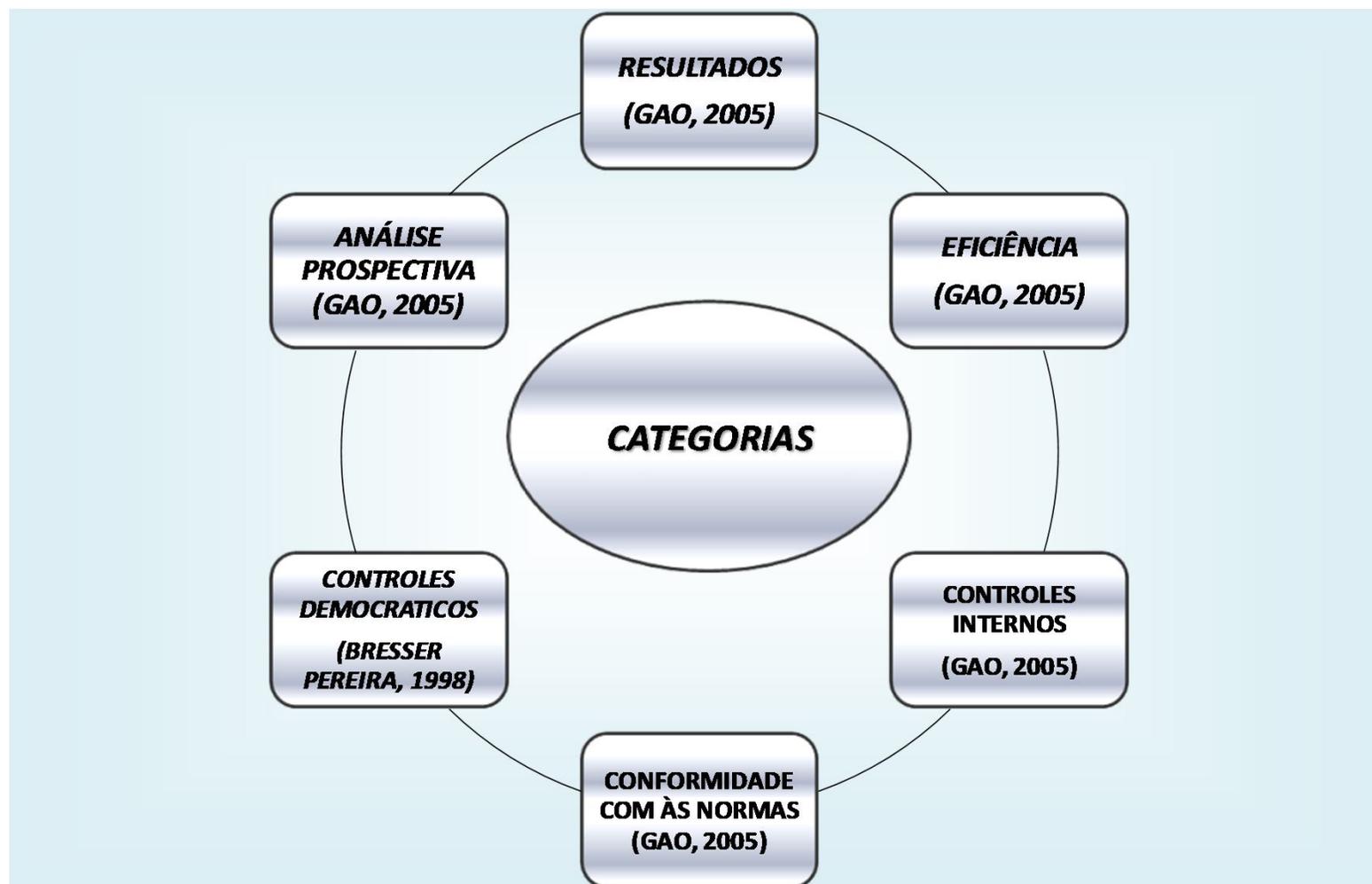
REGIÃO	2005		2006		2007		TOTAL	
	Universo	Amostra	Universo	Amostra	Universo	Amostra	Universo	Amostra
NORTE	35	12	21	7	14	5	70	24
NORDESTE	95	30	57	19	52	17	204	66
SUDESTE	80	26	48	16	28	9	156	51
SUL	60	19	36	12	18	6	114	37
CENTRO OESTE	30	10	18	6	8	3	56	19
TOTAL	300	97	180	60	120	40	600	197

Fonte: Ribeiro (2008)

Escopo da Pesquisa

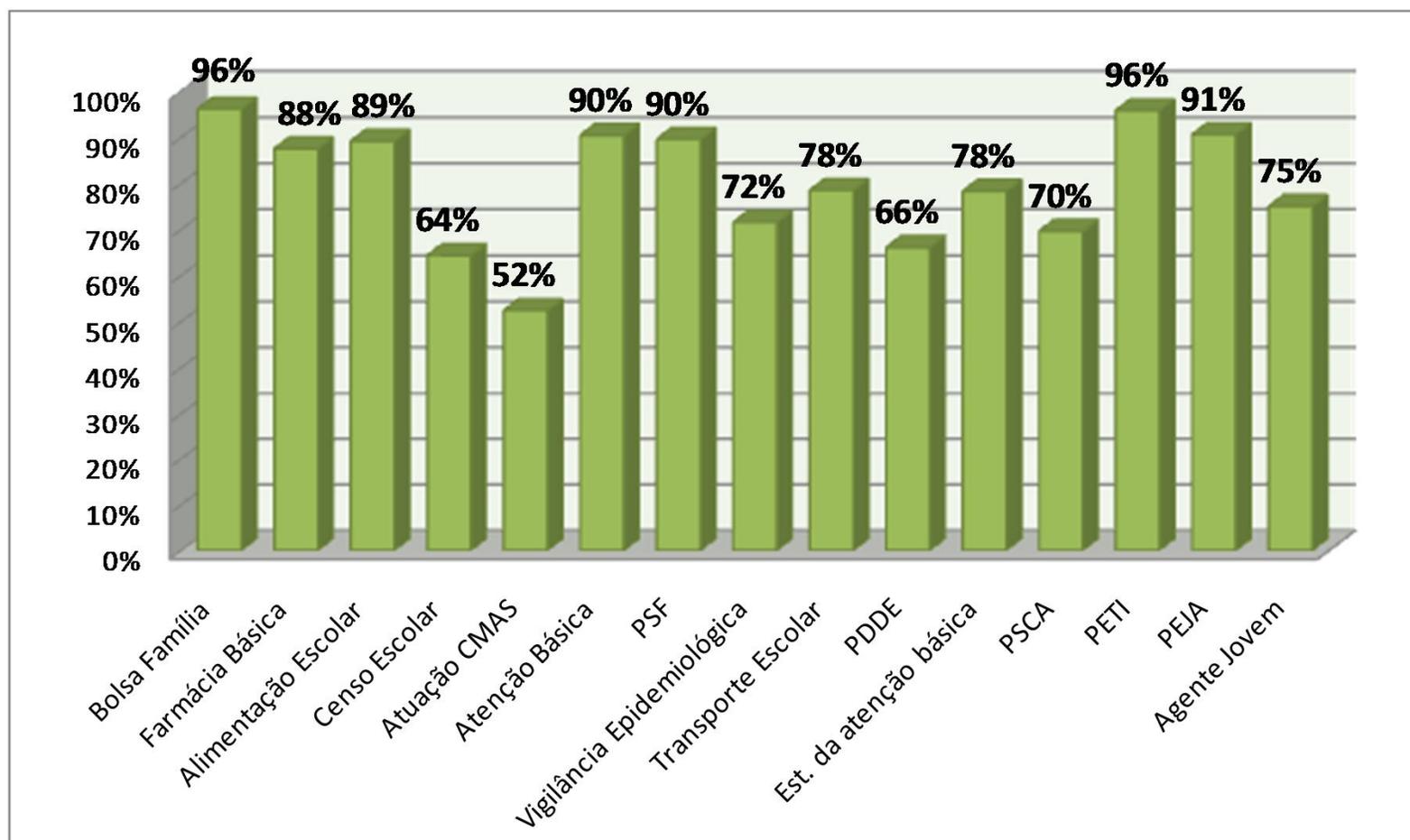
Por meio da análise foram catalogadas 7.841 (sete mil, oitocentas e quarenta e uma) falhas identificadas na execução de programas ligados ao Ministério da Educação, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério da Saúde.

Classificação das Falhas



Fonte: Ribeiro (2008)

Percentual de Falhas nos Programas



Fonte: Ribeiro (2008)

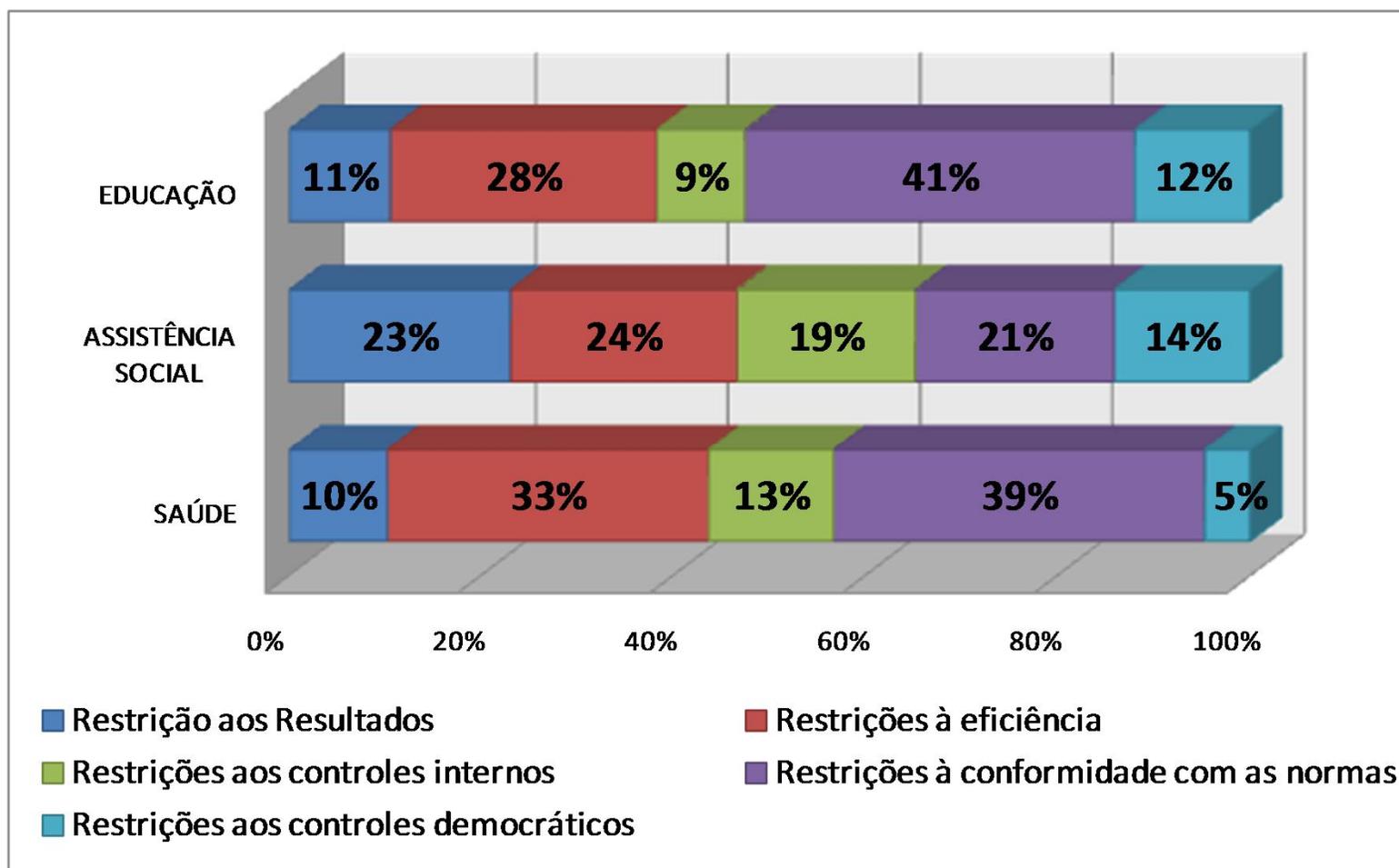
Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia



Controladoria
Geral da União

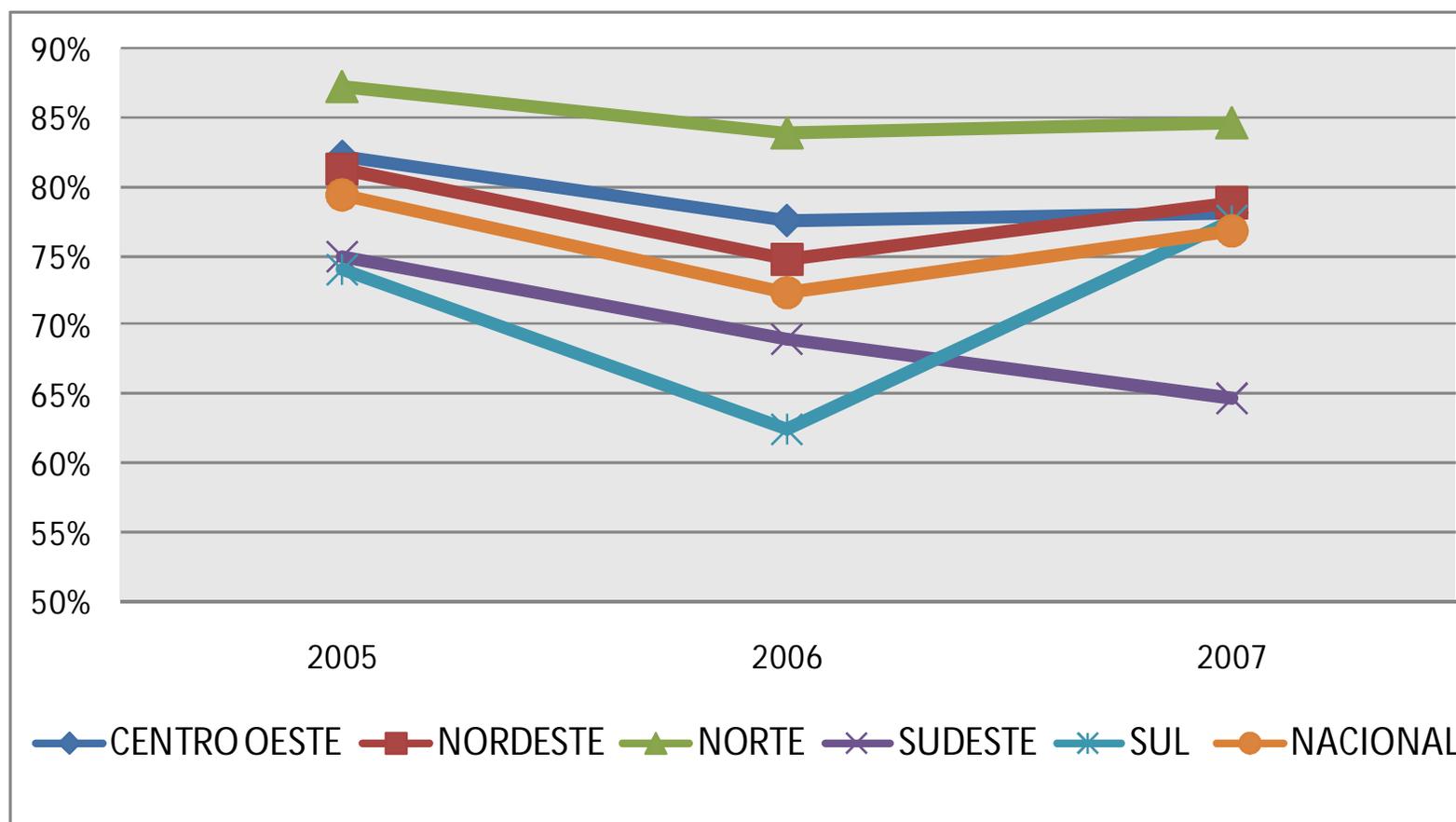


Tipo de Falhas por Área



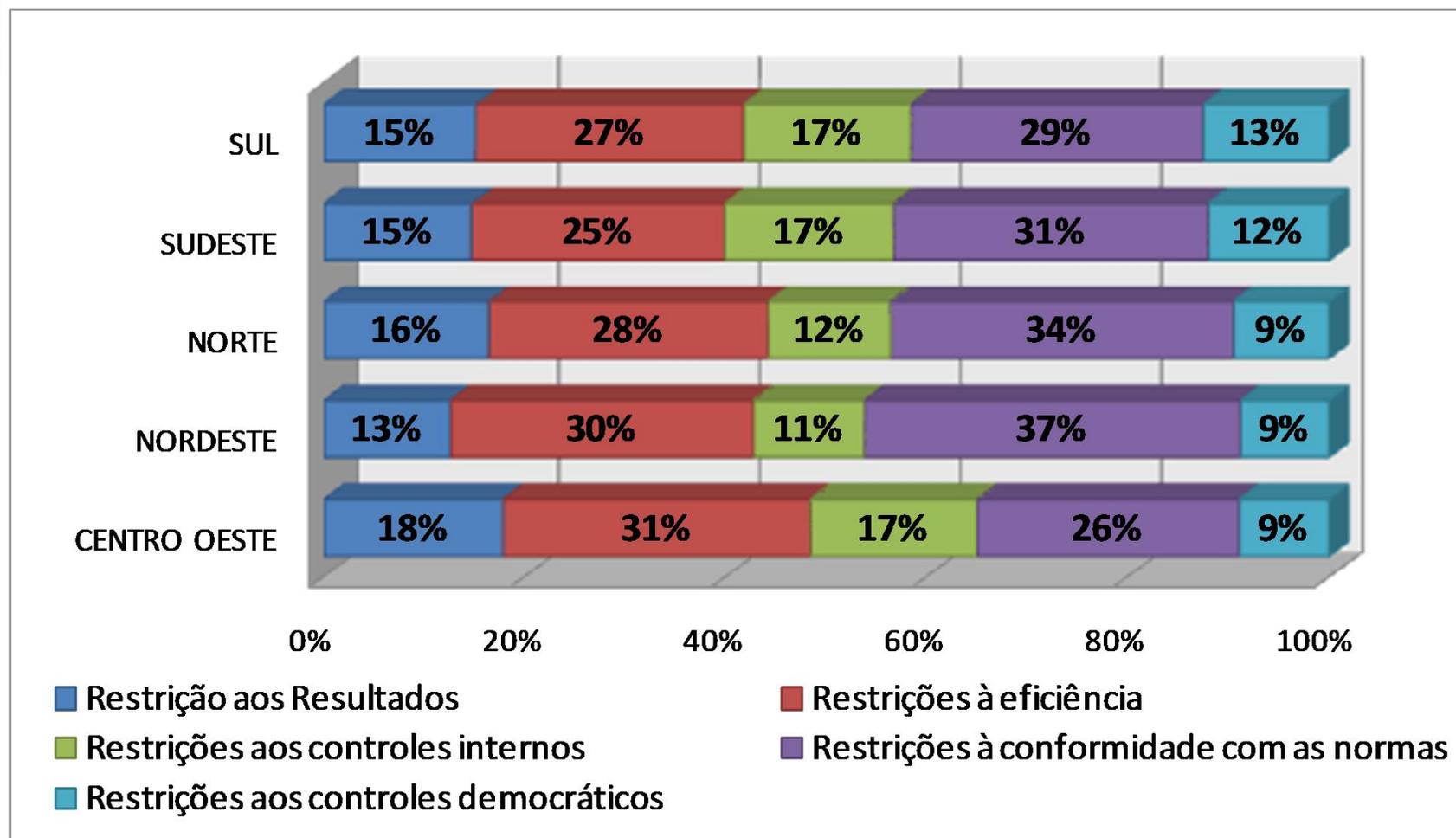
Fonte: Ribeiro (2008)

Percentual de Falhas por Região



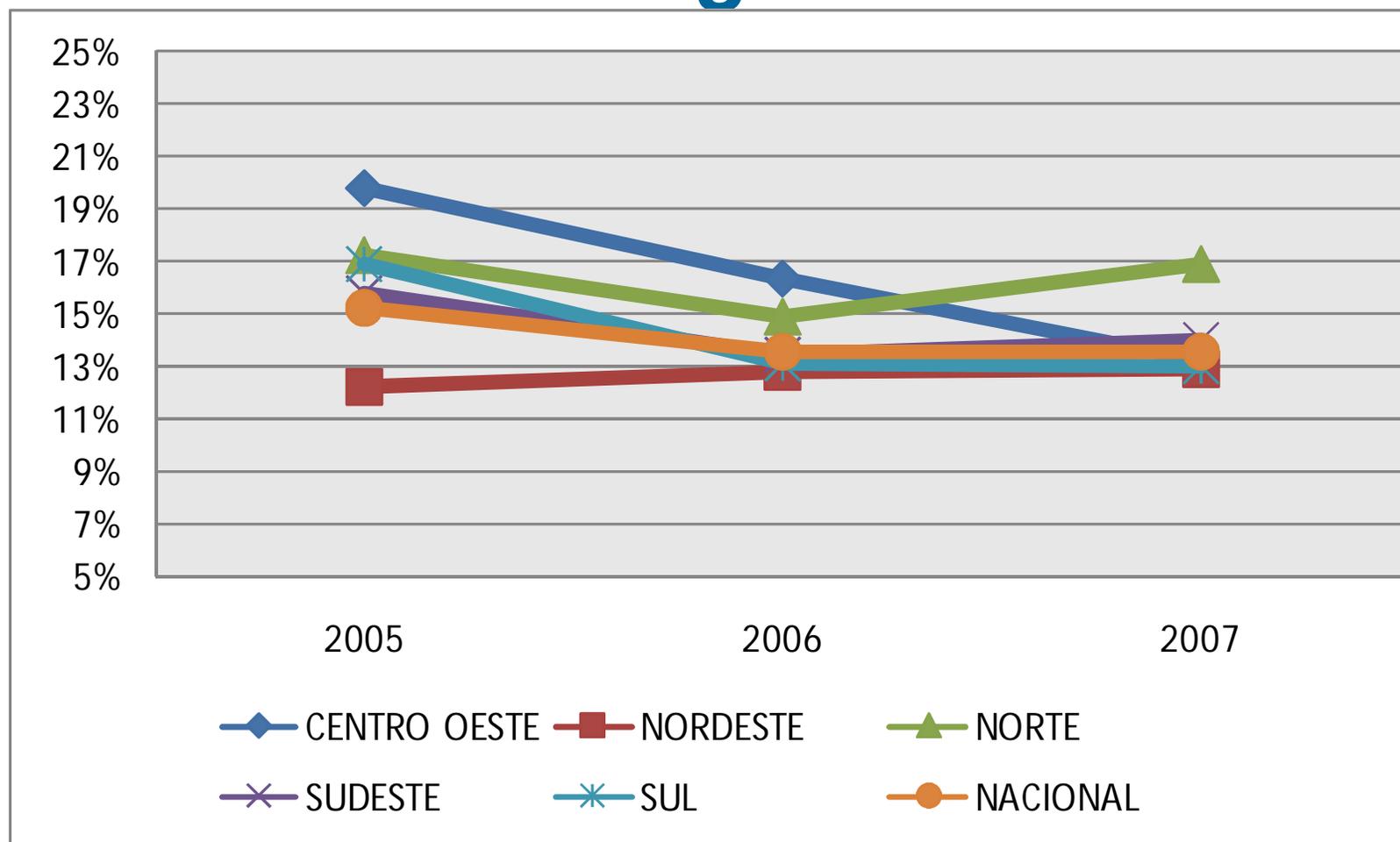
Fonte: Ribeiro (2008)

Tipo de Falhas por Região



Fonte: Ribeiro (2008)

Categoria resultados – Falhas por Região



Fonte: Ribeiro (2008)

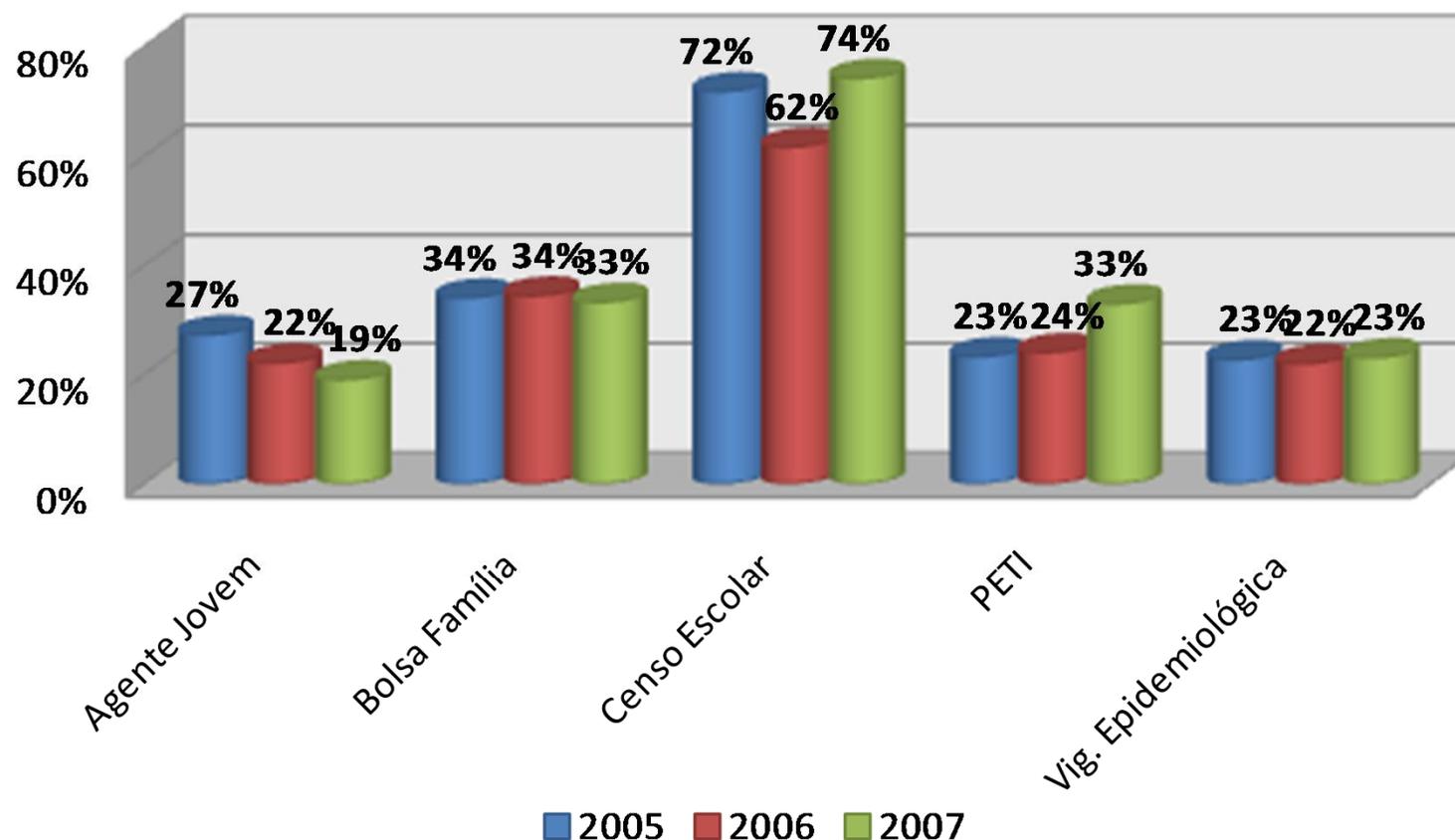
Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia



Controladoria
Geral da União

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Categoria resultados – Programas com maior incidência



Fonte: Ribeiro (2008)

De cada 100 (cem) fiscalizações realizadas referentes ao censo escolar, em 64 (sessenta e quatro) delas são identificadas pelo menos uma falha, porém, mais de 60% (sessenta por cento) desses erros referem-se a inconsistência nos dados apresentados pelo censo.

No caso da bolsa família s falhas mais frequentes são ligadas ao descumprimento das condicionalidades do programa por parte dos beneficiários, sendo a mais frequente:

- **baixa frequência escolar;**
- **existência de beneficiários com renda *per capita* superior a estabelecida pelo programa.**

Além da existência de fatores inibidores ao alcance dos objetivos do programa, tais como:

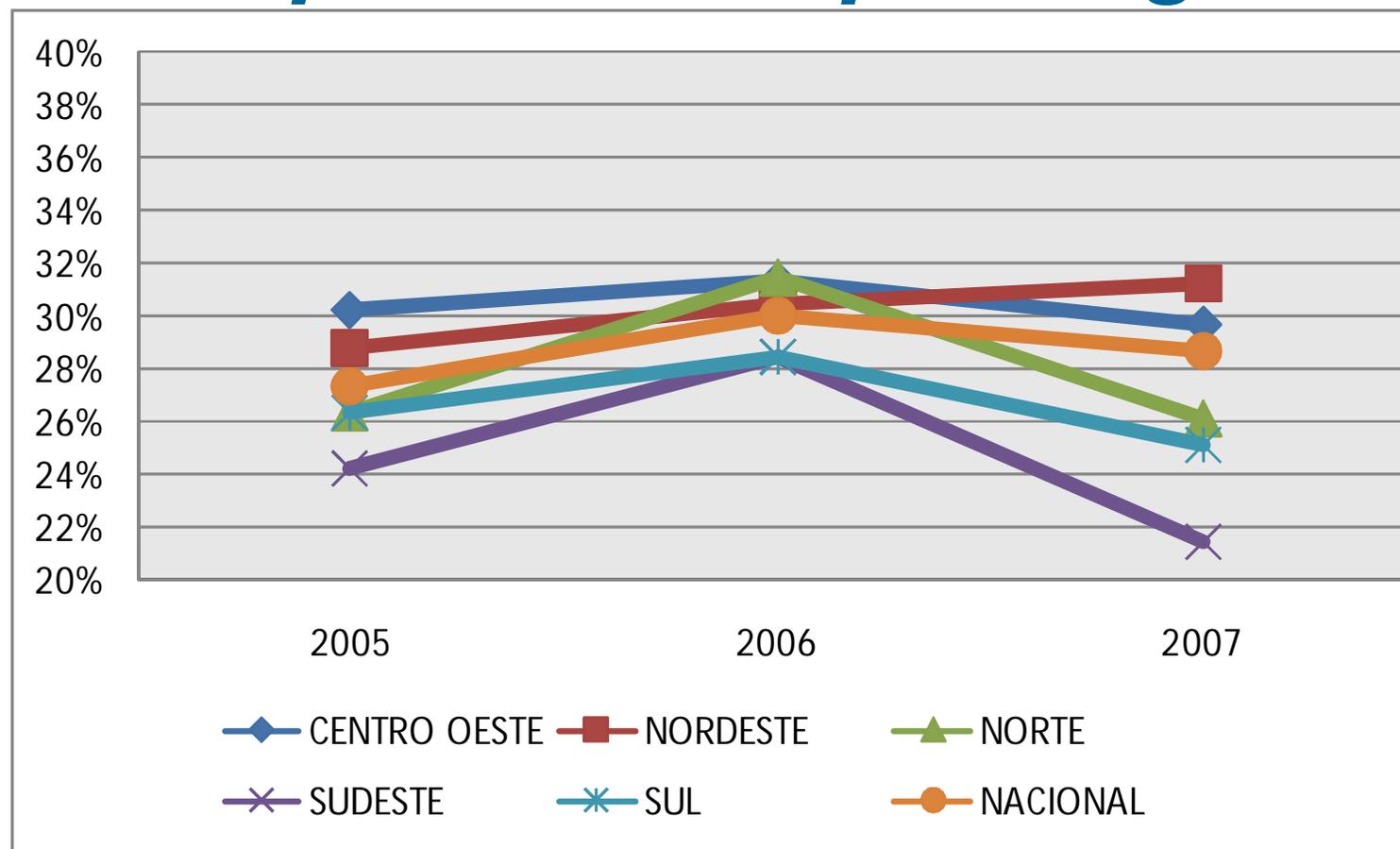
- **cartões de saque do benefício nas mãos de comerciantes;**
- **inexistência de agências bancárias para sacar o benefício no município;**
- **falta de distribuição de cartões benefício por parte da Caixa Econômica Federal, dentre outros.**

Outros Programas

Ação fiscalizada	Falha(s) mais freqüente(s)
Agente Jovem	<ul style="list-style-type: none"> • descumprimento da meta prevista pelo programa; • freqüência de participação dos beneficiários abaixo do exigido; • inclusão de beneficiários que não atendem os requisitos do programa.
PETI	<ul style="list-style-type: none"> • descumprimento da meta prevista pelo programa; • freqüência de participação dos beneficiários abaixo do exigido; • ausência de realização de ações socioeducativas para os beneficiários e seus familiares.
Vigilância Epidemiológica	<ul style="list-style-type: none"> • não alcance das metas previstas na Programação Pactuada Integrada - PPI.

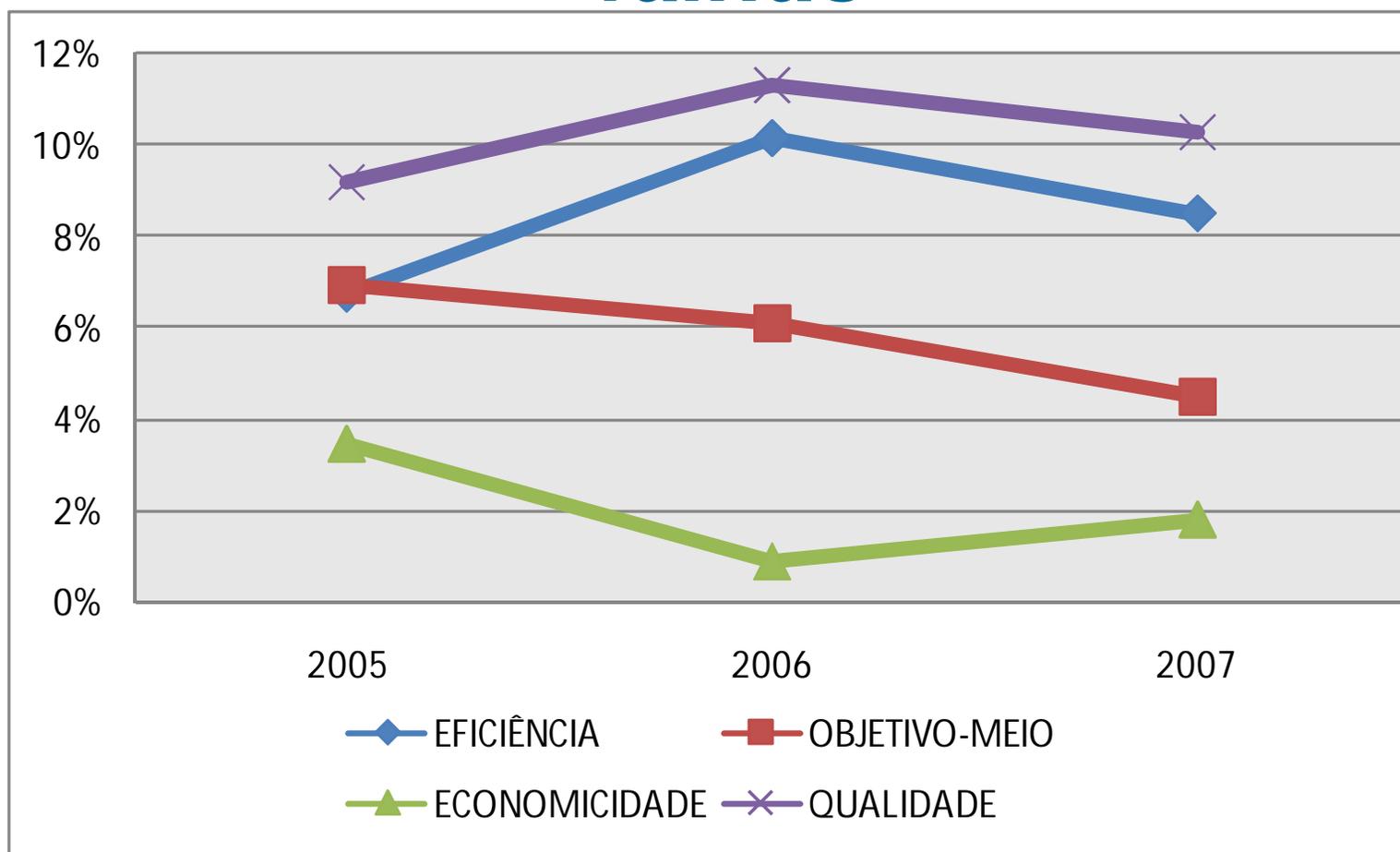
Fonte: Ribeiro (2008)

Categoria Eficiência – Comportamento por Região



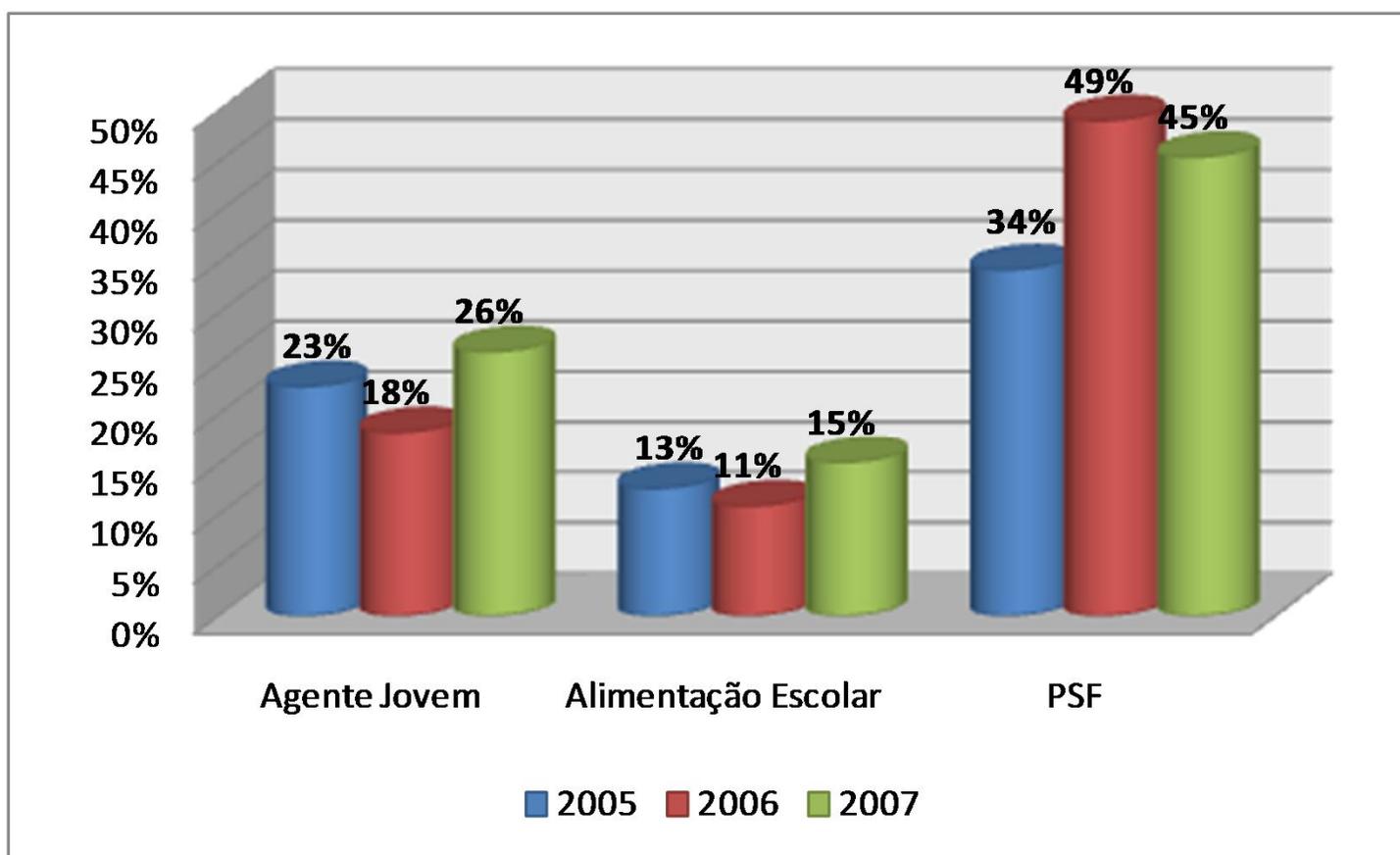
Fonte: Ribeiro (2008)

Categoria Eficiência – Tipos de falhas



Fonte: Ribeiro (2008)

Eficiência – Falhas relacionadas à qualidade



Fonte: Ribeiro (2008)

Estado de Rondônia



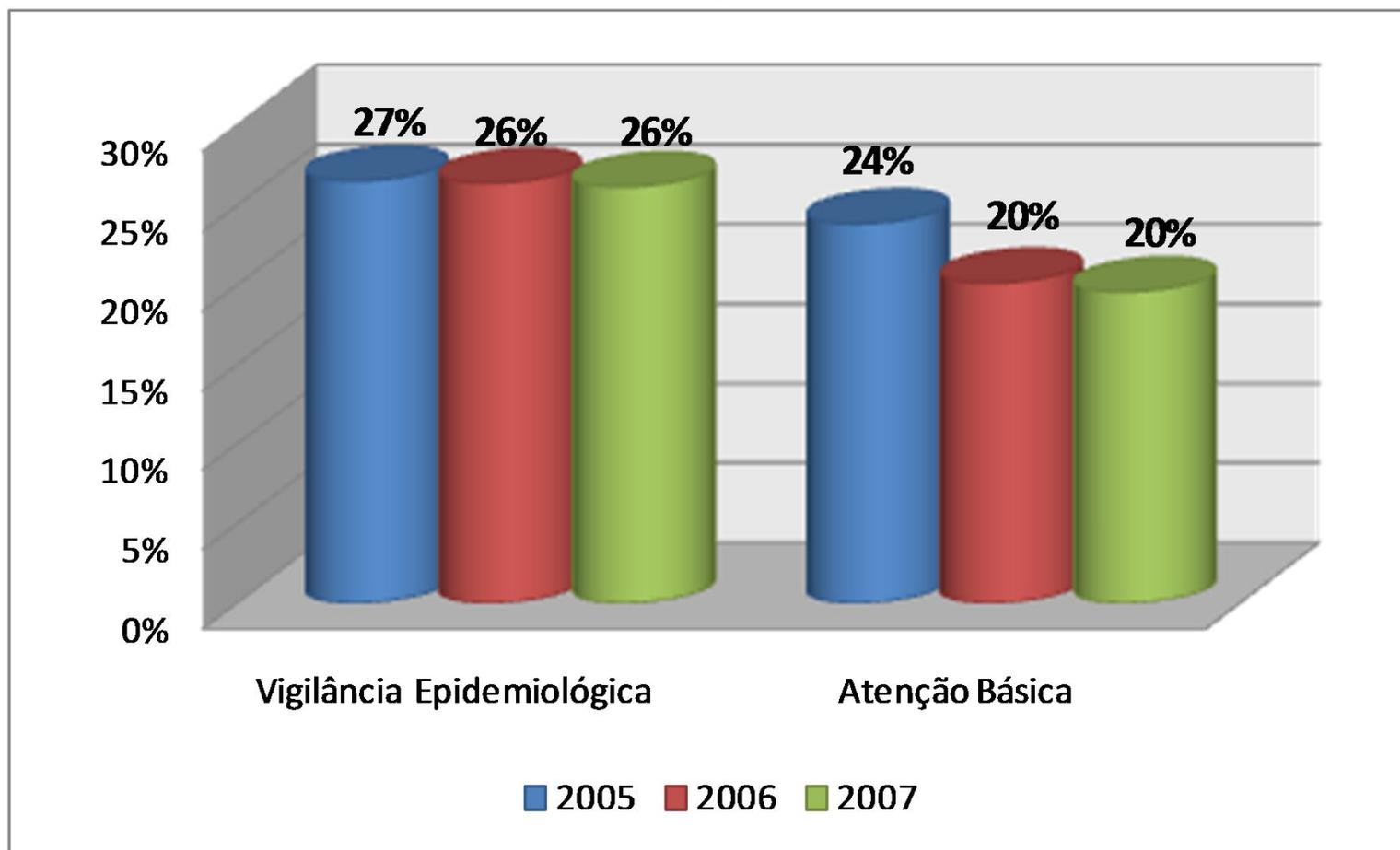
Controladoria
Geral da União

Falhas no Programa Saúde da Família:

- **a ausência de infra-estrutura adequada para o atendimento dos pacientes;**
- **existência de filas e falta de visitas das equipes às famílias;**
- **problemas quanto a composição, qualificação e disponibilidade das equipes profissionais do PSF.**

Já no Programa de Alimentação Escolar a falha mais frequente foi relacionada à condições inadequadas de higiene para o preparo e armazenamento das merendas escolares.

Uso adequado do recursos por Programa



Fonte: Ribeiro (2008)

Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia



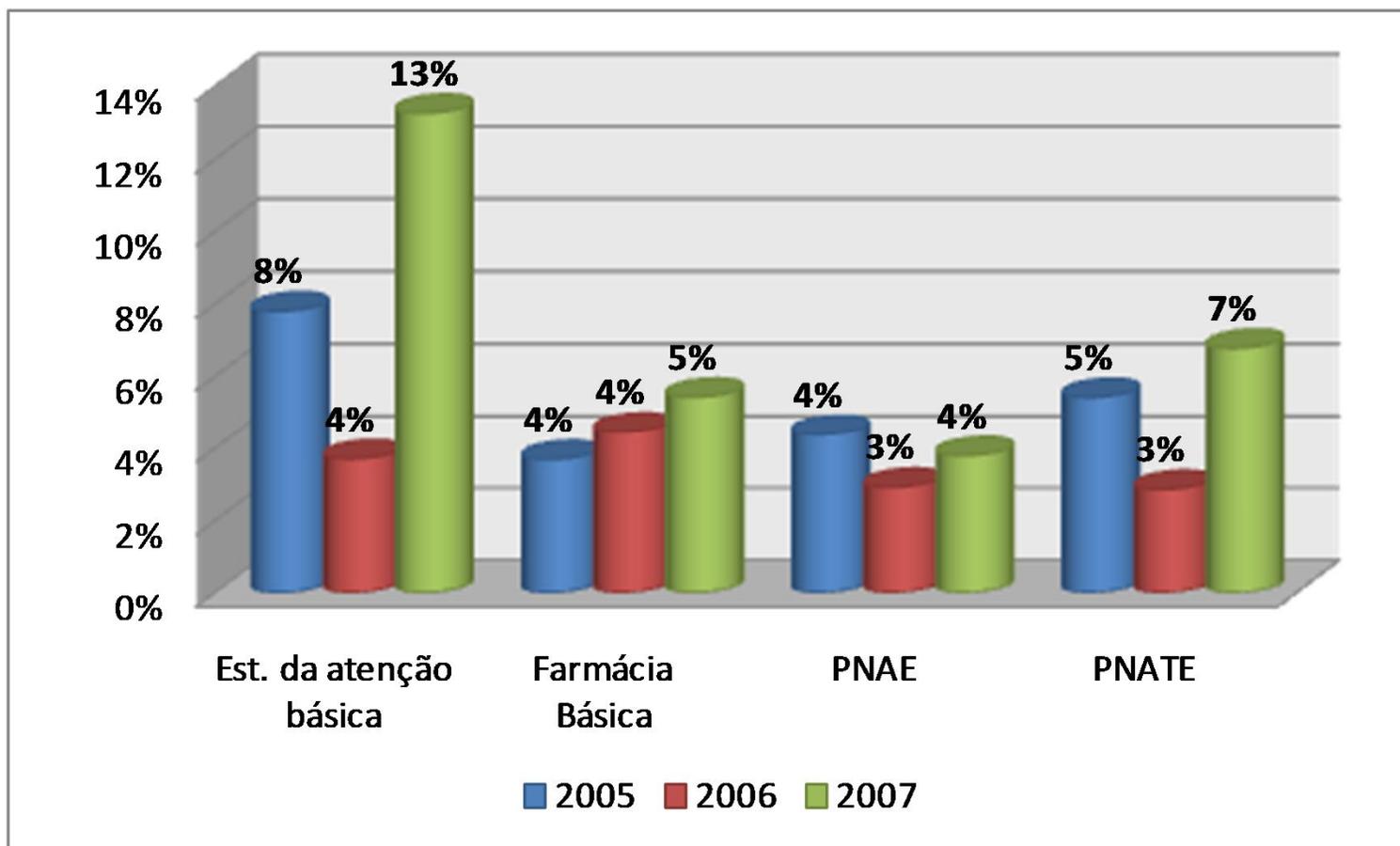
Controladoria
Geral da União



As falhas mais frequentes referente a este aspecto foram:

- **falta de aplicação dos recursos no mercado financeiro, enquanto não utilizados;**
- **pagamento em duplicidade aos beneficiários do programa, em especial no programa bolsa família.**
- **pagamento em duplicidade por serviços ou produtos.**
- **pagamento por serviços não realizados ou produtos não entregues.**
- **falta de utilização dos recursos do programa por mais de seis meses.**

Eficiência – Objetivo Meio por Programa

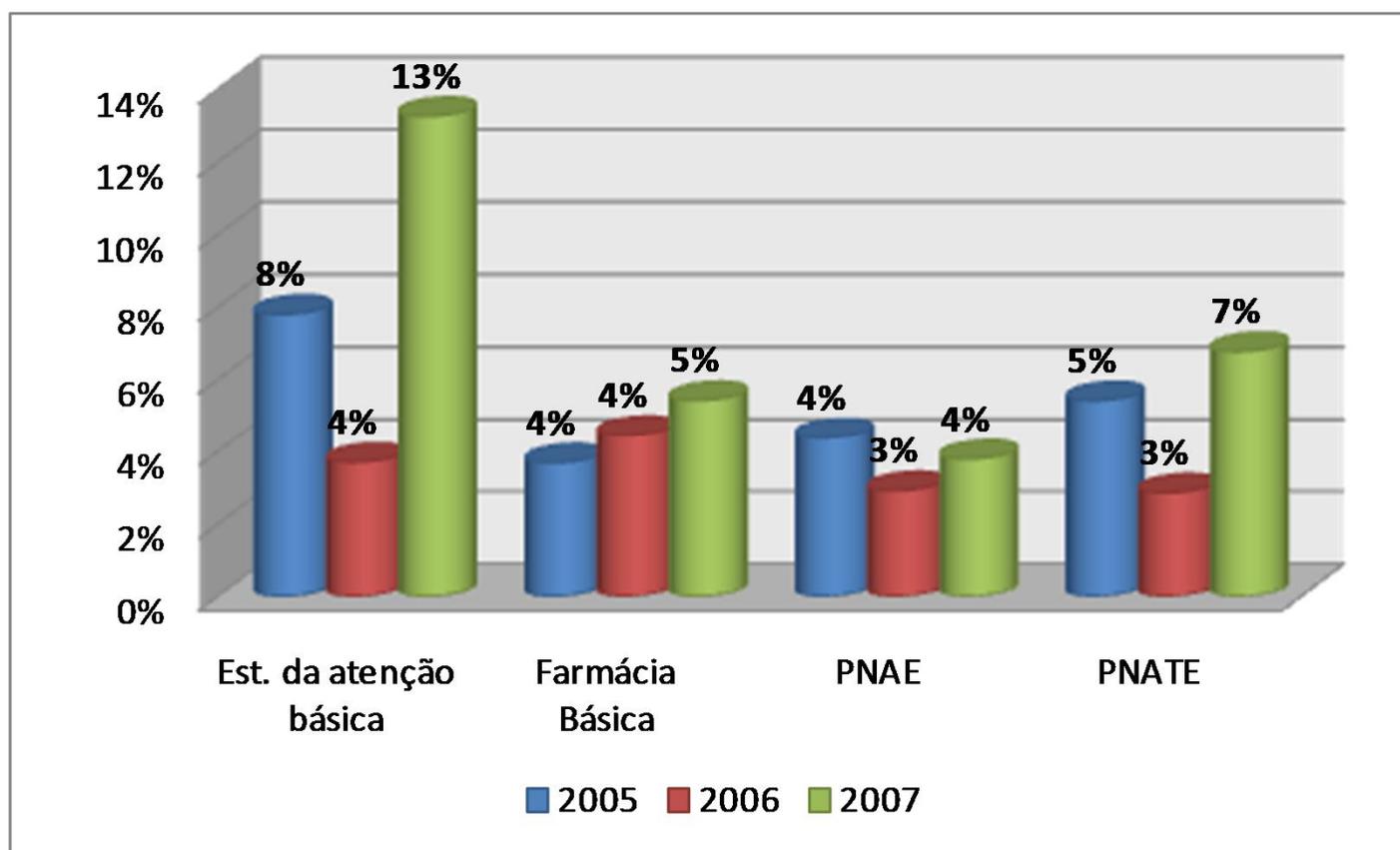


Fonte: Ribeiro (2008)



Os recursos destinados ao programa acabam sendo utilizados em atividades não previstas ou não imaginadas pelos agentes responsáveis pela criação do programa.

Eficiência - economicidade por Programa

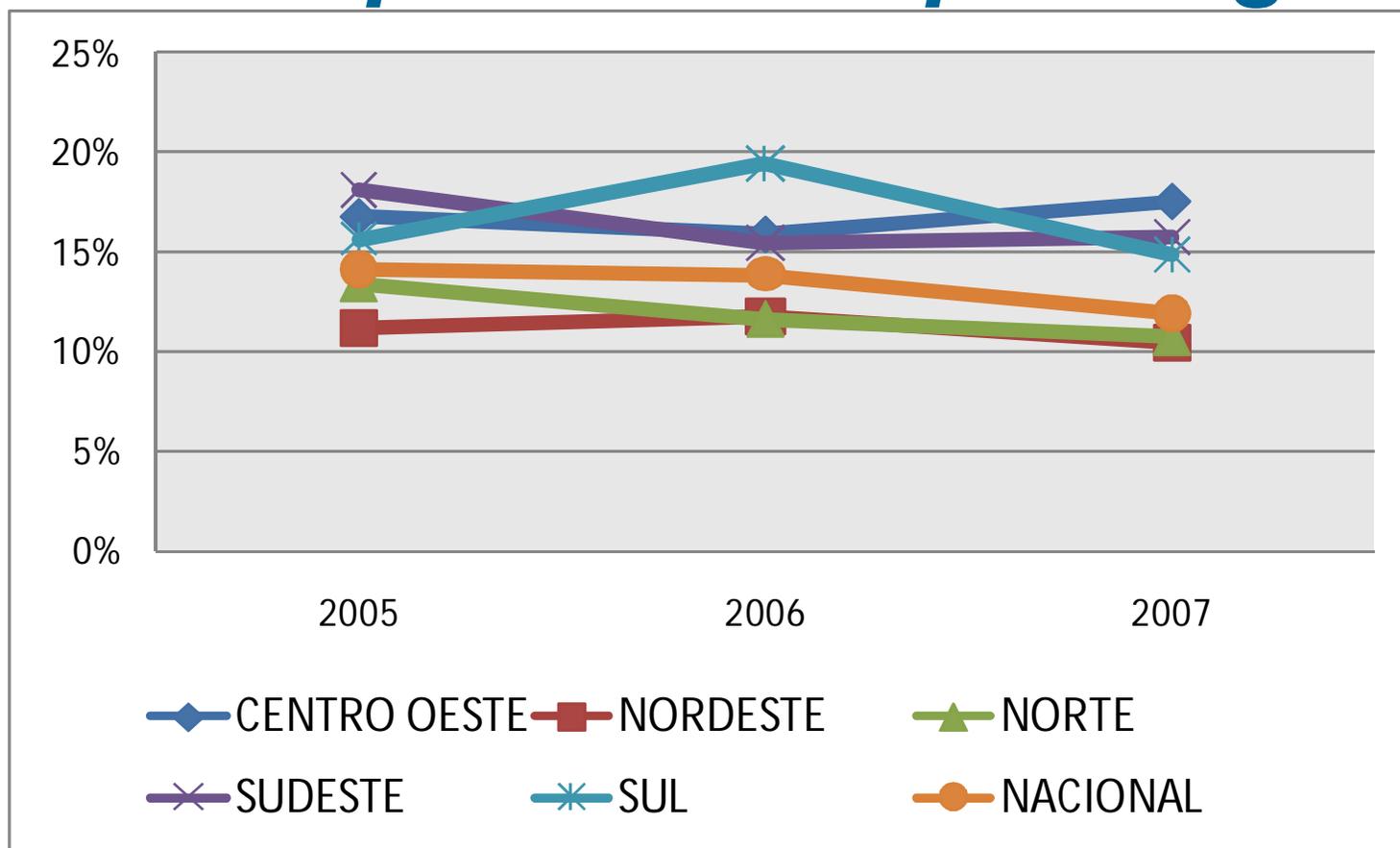


Fonte: Ribeiro (2008)

As falhas mais frequentes identificadas nestas ações têm natureza semelhante e referem-se a compra de insumos para o programa em valores inadequados e geralmente são ligadas a existência de:

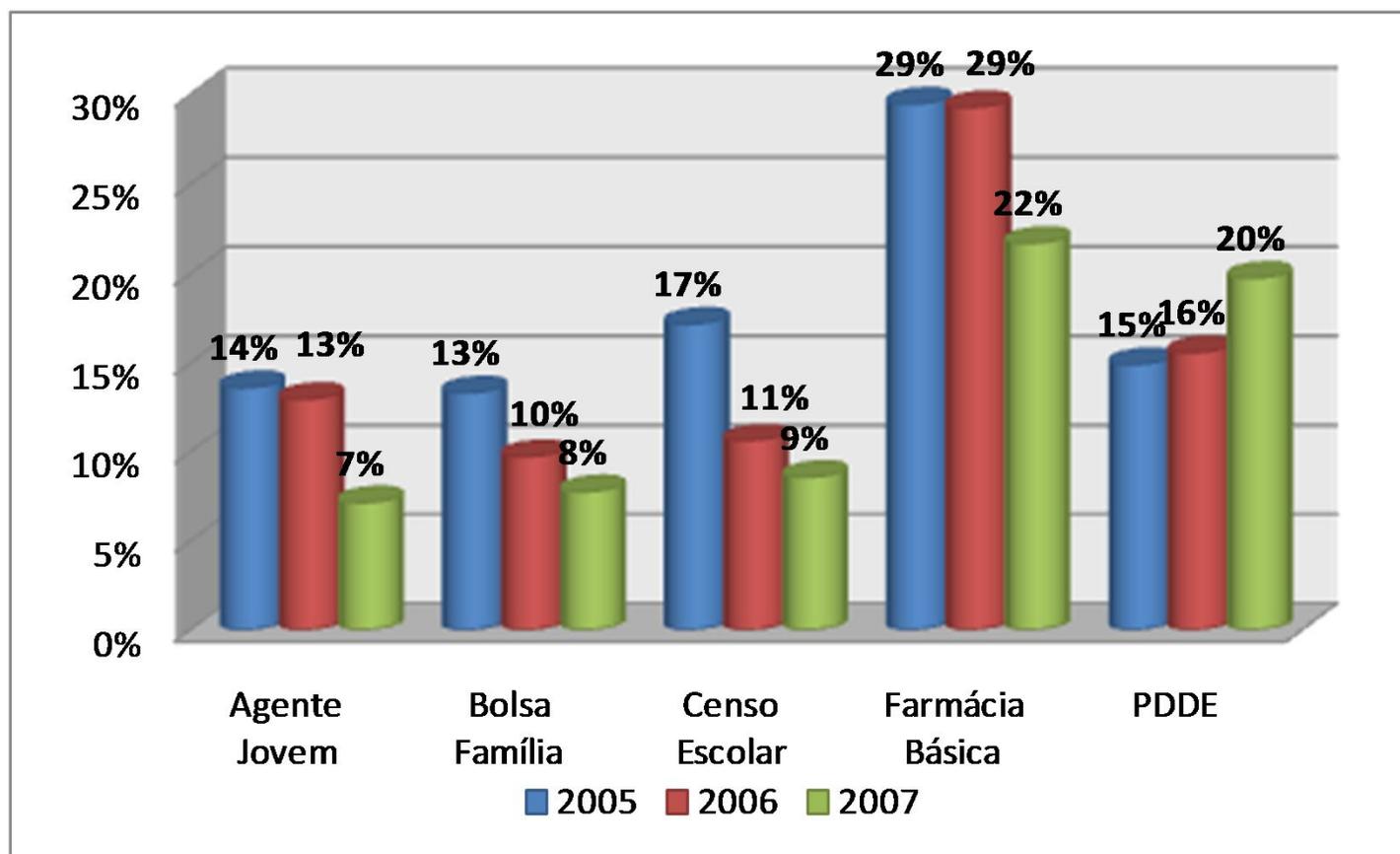
- **superfaturamentos em licitações; e**
- **realização de compra com valores acima da média do mercado.**

Categoria Controle Interno – Comportamento por Região



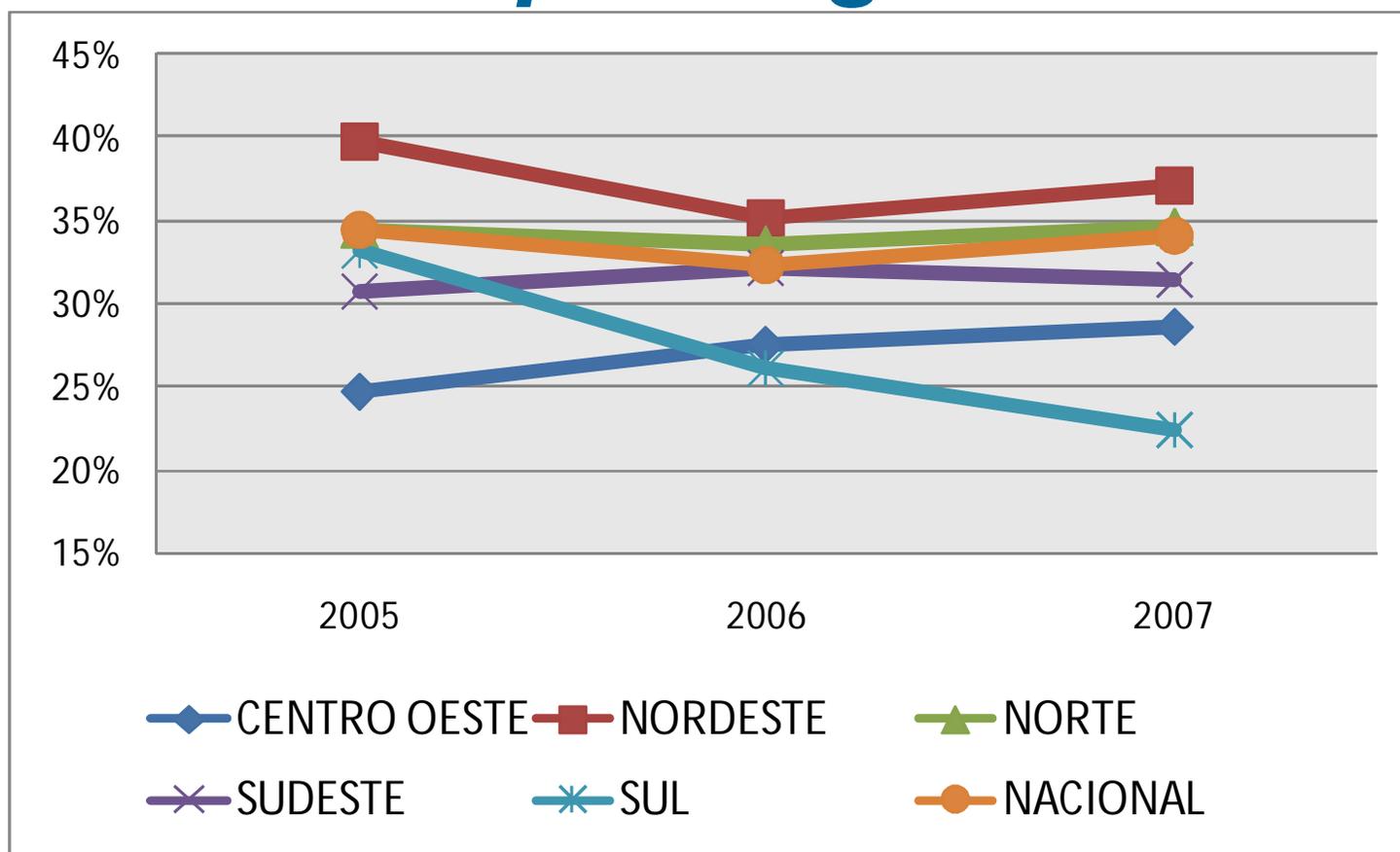
Fonte: Ribeiro (2008)

Controles Internos Administrativos



Fonte: Ribeiro (2008)

Categoria Desconformidades com a Norma – Comportamento por Região



Fonte: Ribeiro (2008)

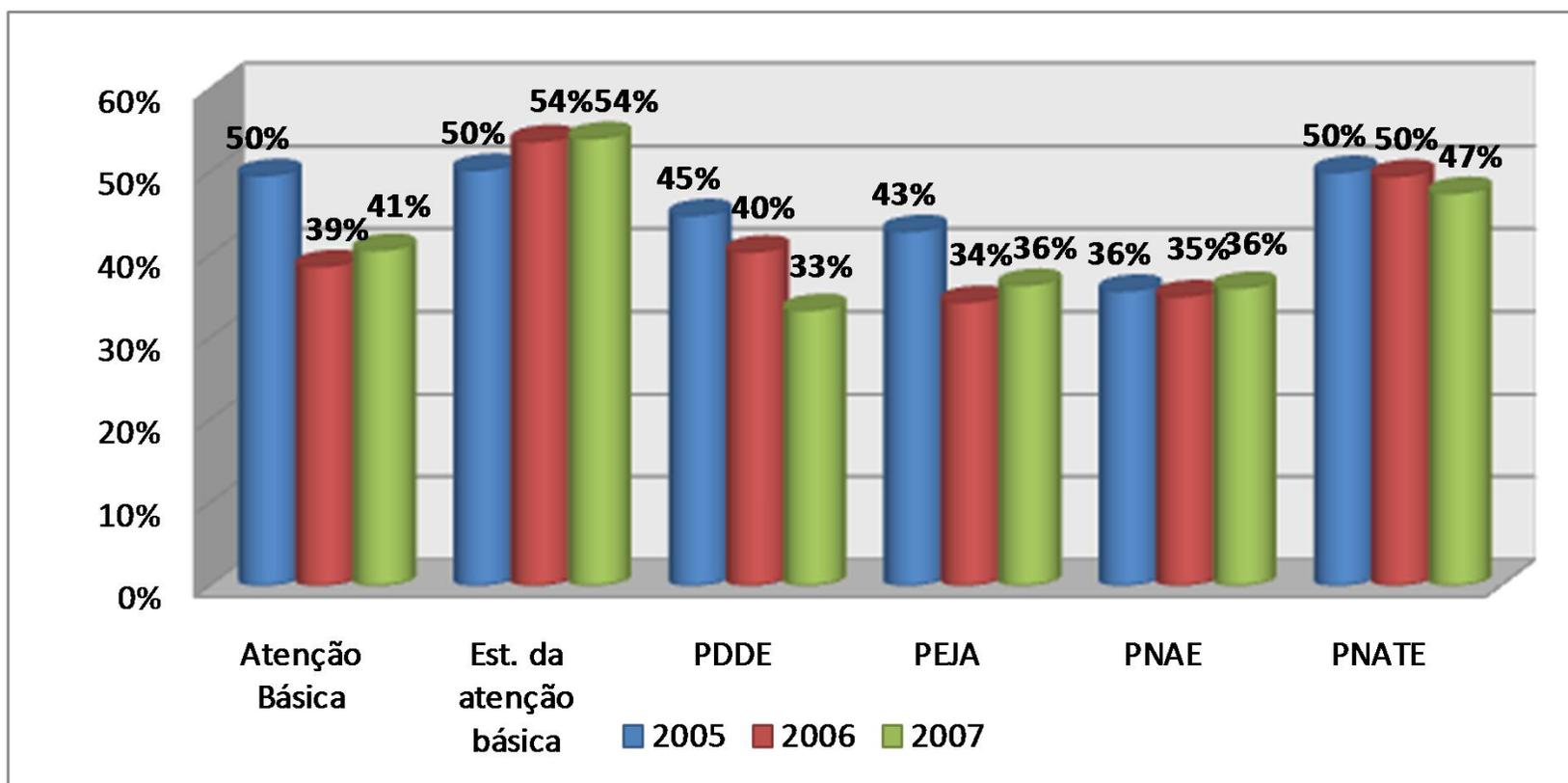
Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia



Controladoria
Geral da União

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Desconformidade com a norma – Programas com maior frequência

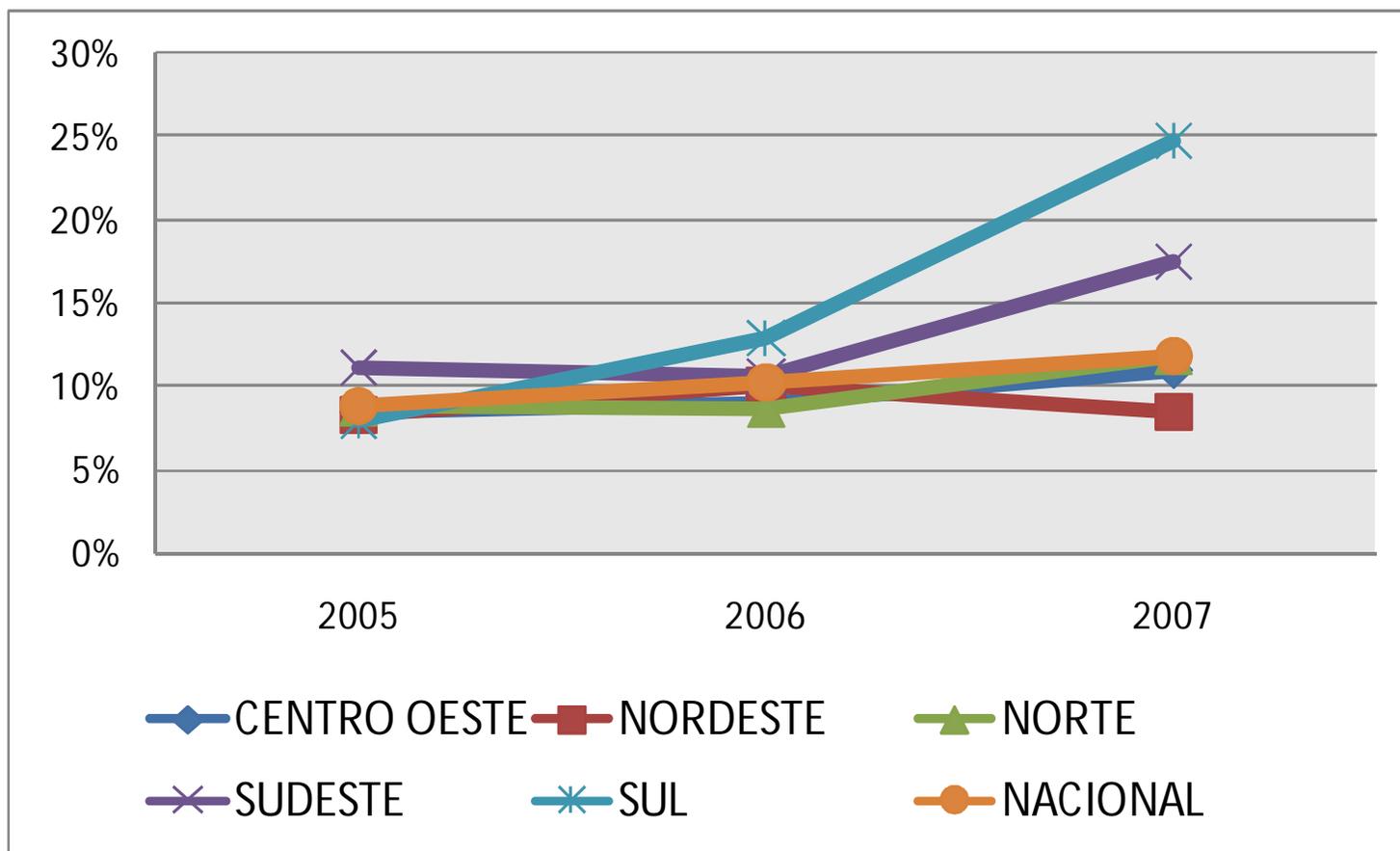


Fonte: Ribeiro (2008)

Os erros mais comuns identificados nesta categoria foram relacionados ao processo de execução da despesa, destacando-se os seguintes:

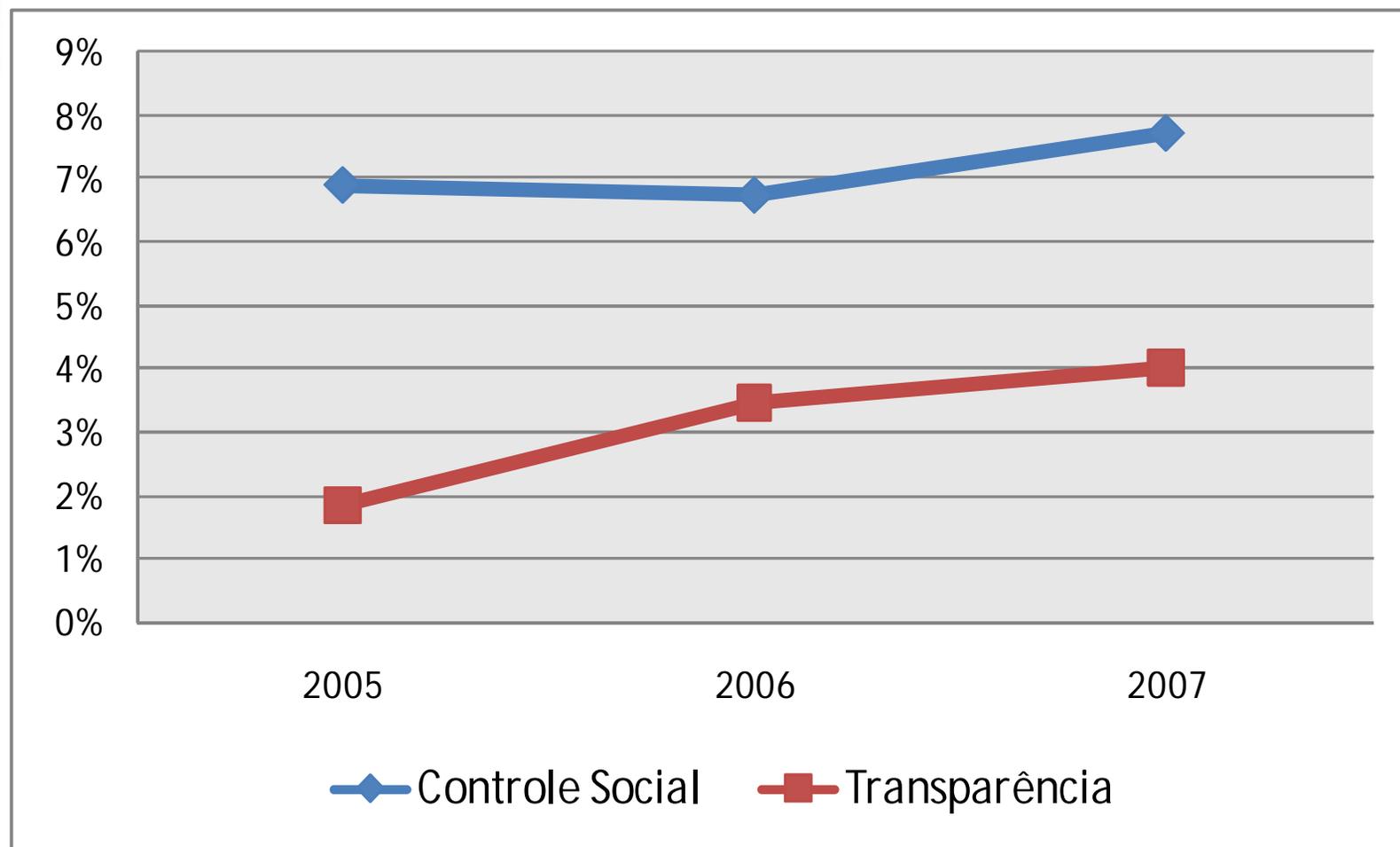
- **ausência de processo licitatório para a aquisição de produtos.**
- **existência de fracionamento da despesas.**
- **descumprimento das exigências da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) para a formalização do processo licitatório.**
- **utilização de modalidade de licitação inadequada.**
- **ausência de comprovação da regularidade fiscal na licitação ou pagamento da despesa.**
- **ausência atesto nas notas fiscais.**

Categoria controles democráticos – Comportamento por Região



Fonte: Ribeiro (2008)

Tipo de Falhas



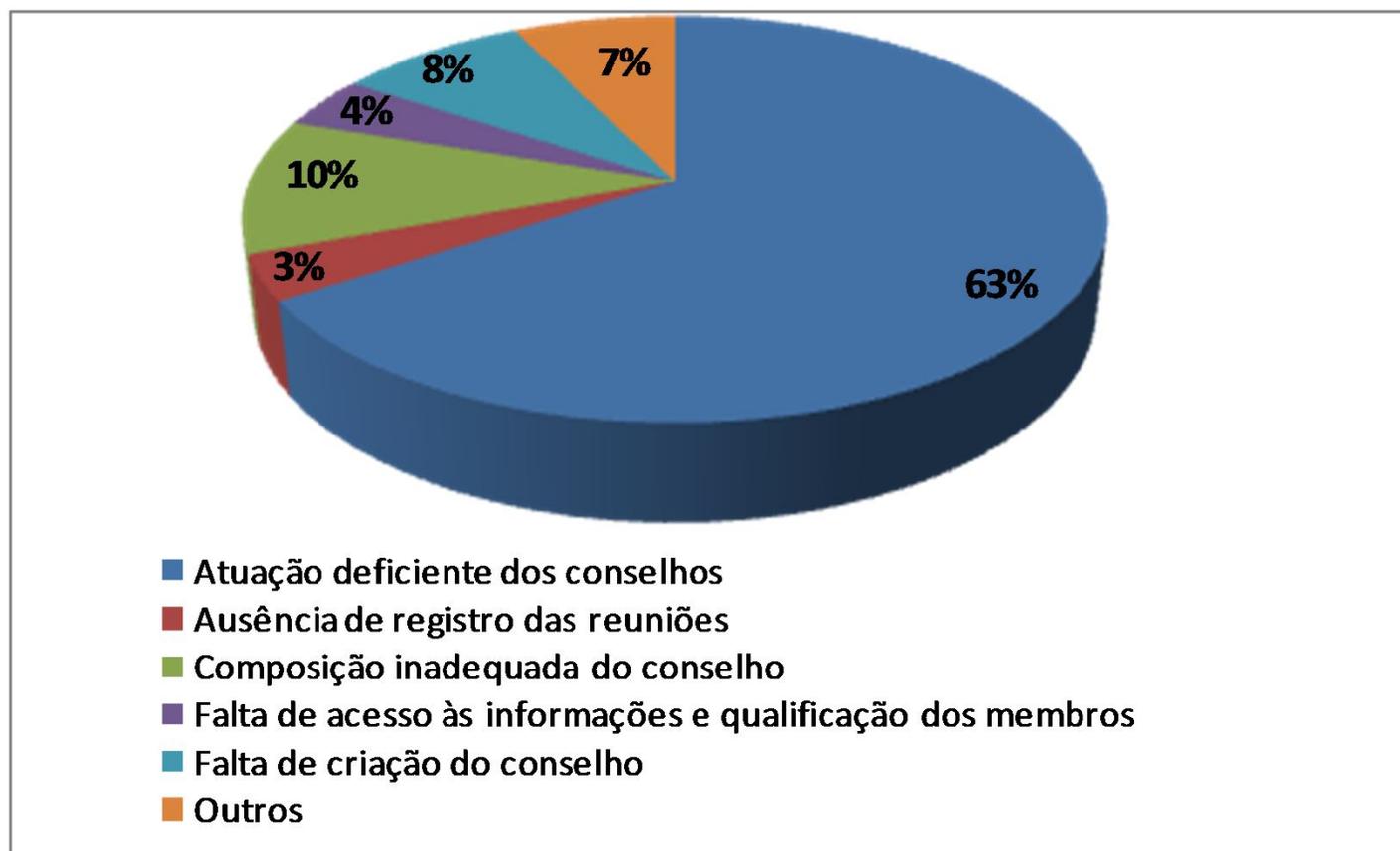
Fonte: Ribeiro (2008)

TRANSPARÊNCIA

As falhas relacionaram-se principalmente a ausência:

- de notificação a partidos políticos, sindicatos e entidades de classe quanto aos recursos públicos federais recebidos pelo município;
- de publicação da lista de beneficiários do programa; e
- de placas de identificação nas obras.

CONTROLE SOCIAL – ATUAÇÃO DOS CONSELHOS



Fonte: Ribeiro (2008)



Convênios e Transferências Voluntárias

Normas que Regulamentam a matéria

- Vigente até meados de 2007 – Criação do SICONV

IN STN 01/97

**Decreto nº
6.170/07**

- Criação do SICONV
- 3 alterações em 2011 - ONGs

- Revoga a Portaria Interministerial nº 127/2008
- Maior Publicidade nas fases e rigor nos requisitos para as transferências.

**Portaria
Interministerial
MP/MF/CGU nº 507/11**

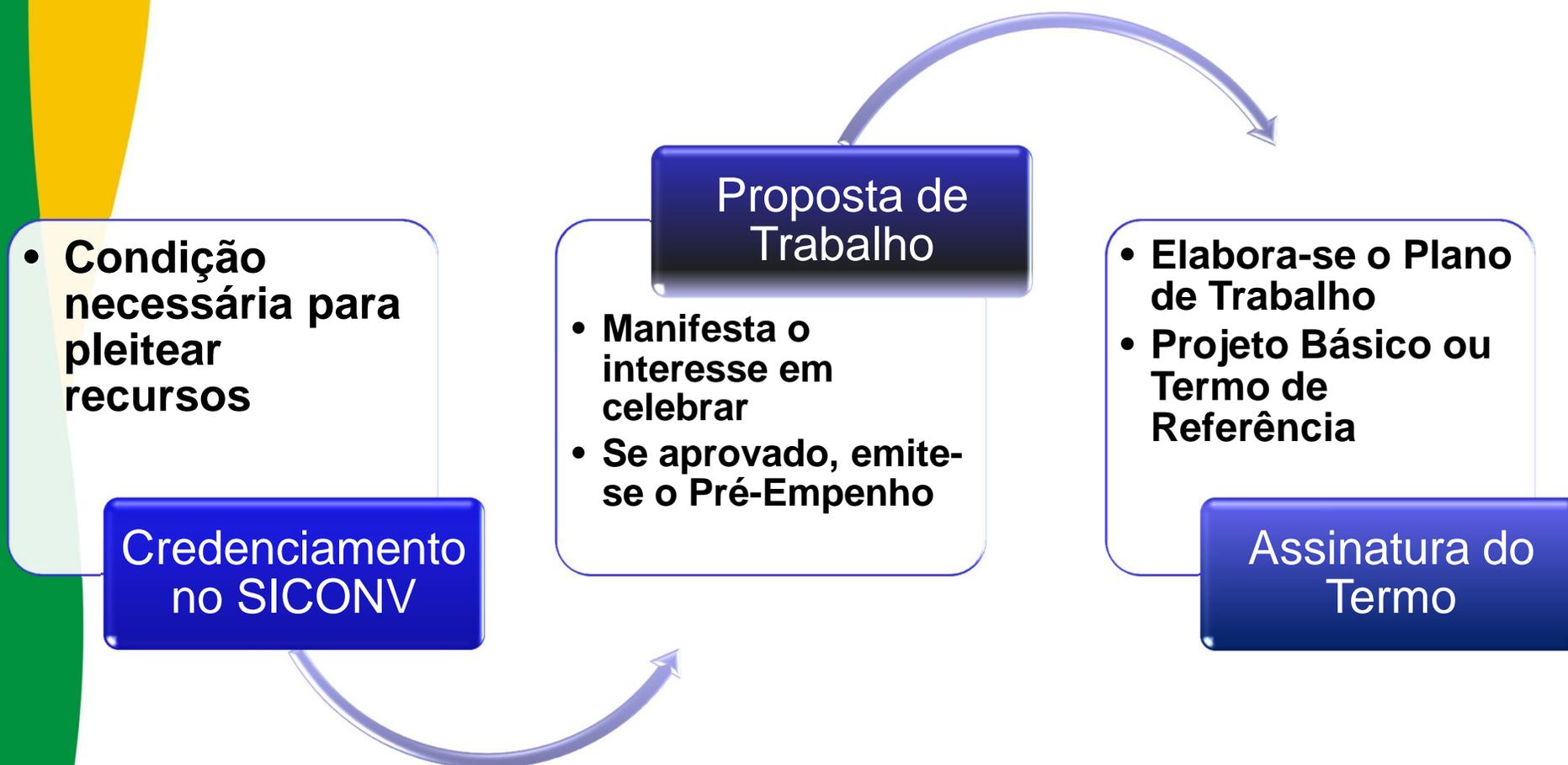
Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº
507/11



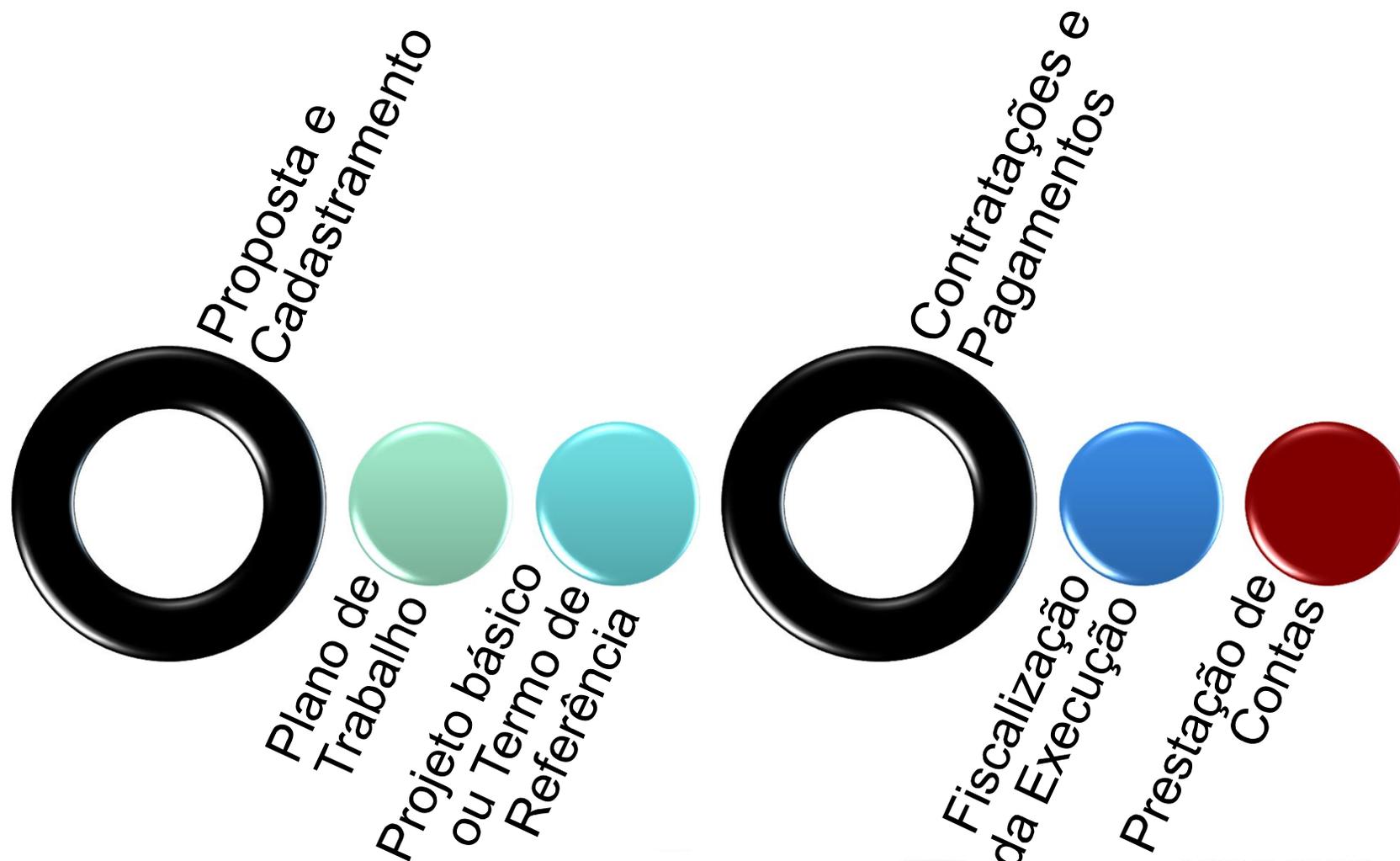
Chamamento Público

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que pretenderem executar programas, projetos e atividades que envolvam transferências de recursos financeiros deverão divulgar anualmente no SICONV a relação dos programas a serem executados de forma descentralizada e, quando couber, critérios para a seleção do conveniente.

Fluxo Resumido



Principais Etapas



Lei de Acesso à Informação

http://www.bemparana.com.br/noticia/95841/brasil-e-8-pais-mais-transparente-na-c

HOME > POLÍTICA >

POLÍTICA

Prestação de contas

Brasil é 8º país mais transparente na divulgação de gasto público

Cerca de 80% dos países pesquisados não informam gastos

02/02/09 às 00:00 | Agência Estado

f t e g+

O Brasil está na oitava posição do ranking de países de maior transparência na administração dos gastos públicos, de acordo com relatório divulgado ontem (1) pelo International Budget Partnership (IBP), instituto americano responsável por analisar e monitorar a transparência de governos na divulgação de seus gastos. Em estudo realizado com 80 países durante o ano passado, o relatório aponta que cerca de 80% deles não prestam contas de seus gastos.

Para medir a diferença no grau de transparência entre os países, o instituto criou o Open Budget Index, que vai de 0 a 100%. No ranking da IBP, o governo federal brasileiro atingiu 74%, ficando à frente da Alemanha (64%), Índia (60%) e Rússia (68%).

O relatório aponta que os dados fornecidos aos brasileiros quanto aos gastos públicos são "satisfatórios", elogiando o compromisso do País em divulgar seus dados e a possibilidade da população de acompanhar os gastos e planos anuais de governo. No entanto, o IBP indica que o País tem "certa dificuldade em monitorar os seus gastos" e só os publica uma vez por ano, uma vez que o ideal seria publicá-los a cada semestre.

<http://www.bemparana.com.br/guia-curitiba/cinema/filme/1926/bem-amadas>

Brasil é o país mais transparente da América Latina

- 1.Reino Unido;
2. África do Sul;
- 3.França;
- 4.Nova Zelândia;
- 5.Estados Unidos.

Faltava uma lei que garantisse ao cidadão receber as informações solicitadas do Estado...

Cerca de 90 países editaram leis dessa natureza.



1766

1888



1966



Inciso XXXIII do artigo 5

“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.



estabelece que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção.

O Estado é o guardião da informação pública, mas esta pertence à sociedade.





Abrange todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e todas as Esferas (União, Estados e Municípios)



O cidadão não precisa motivar o pedido.



Deve ser atendido em no máximo 20 dias, prorrogável por 10 dias e sem custos.



Negativa ser motivada e indicado a possibilidade de recurso

Exceções à Regra de Acesso





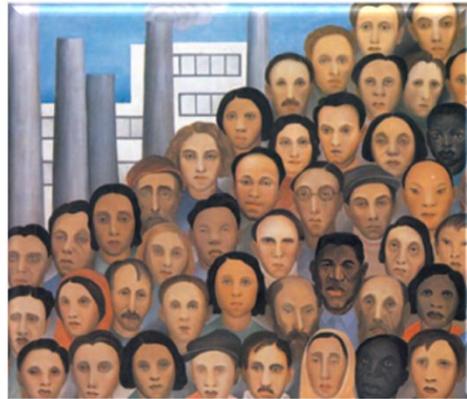
Dados Pessoais

• Aspectos da vida íntima do servidor. Exemplos:

- ✓ CID das licenças médicas;
- ✓ Endereço residencial;
- ✓ Pensão alimentícia;
- ✓ Empréstimos.

Informações consideradas imprescindíveis à segurança:

Da Sociedade



**à vida,
segurança
ou saúde
da
população**

Do Estado



**- Soberania
nacional;
- Relações
internacionais;
- Atividades de
inteligência**

As informações podem ser classificadas como:

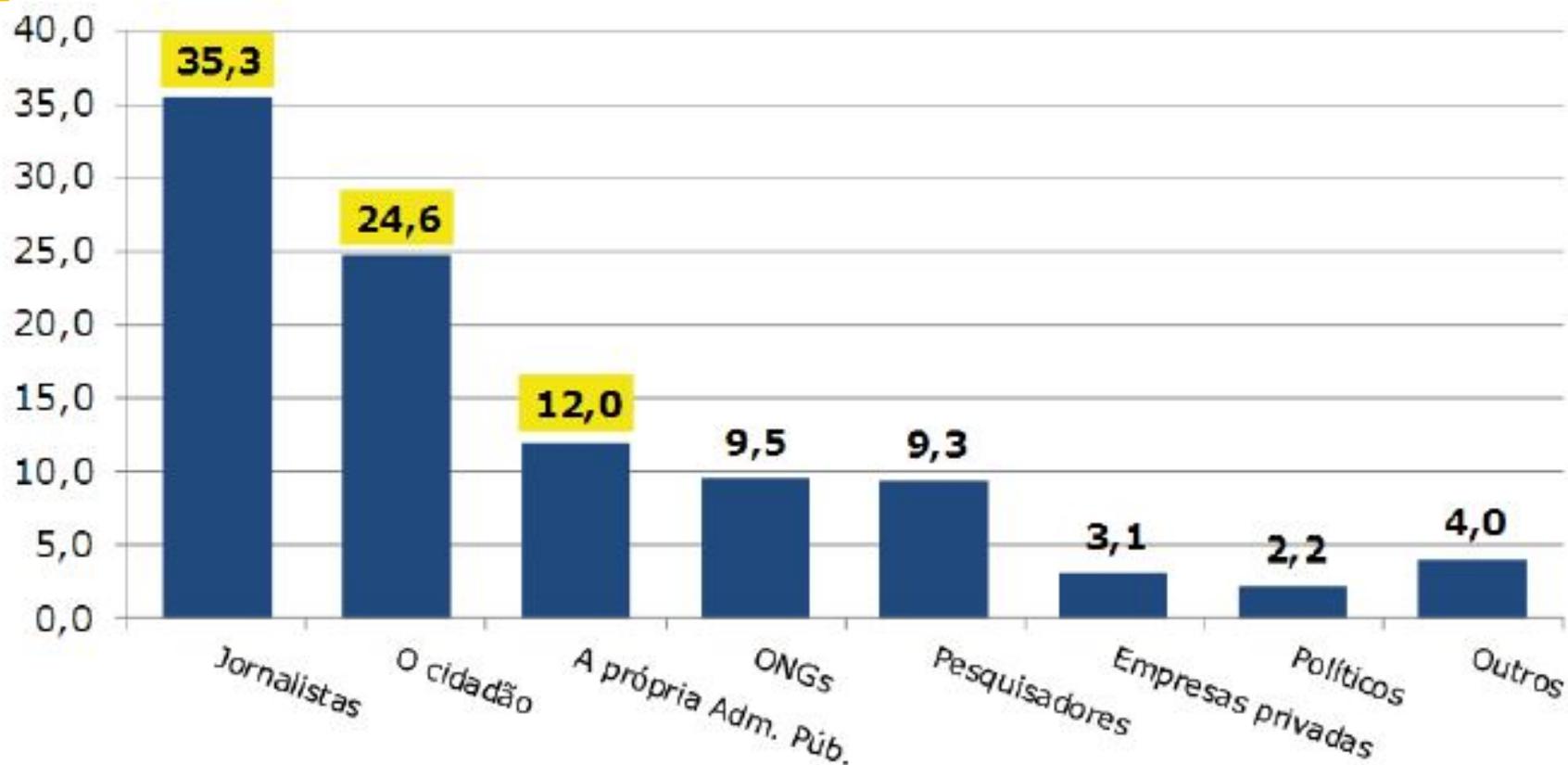
Reservada – Prazo de sigilo: 5 anos

Secreta – Prazo de sigilo: 15 anos

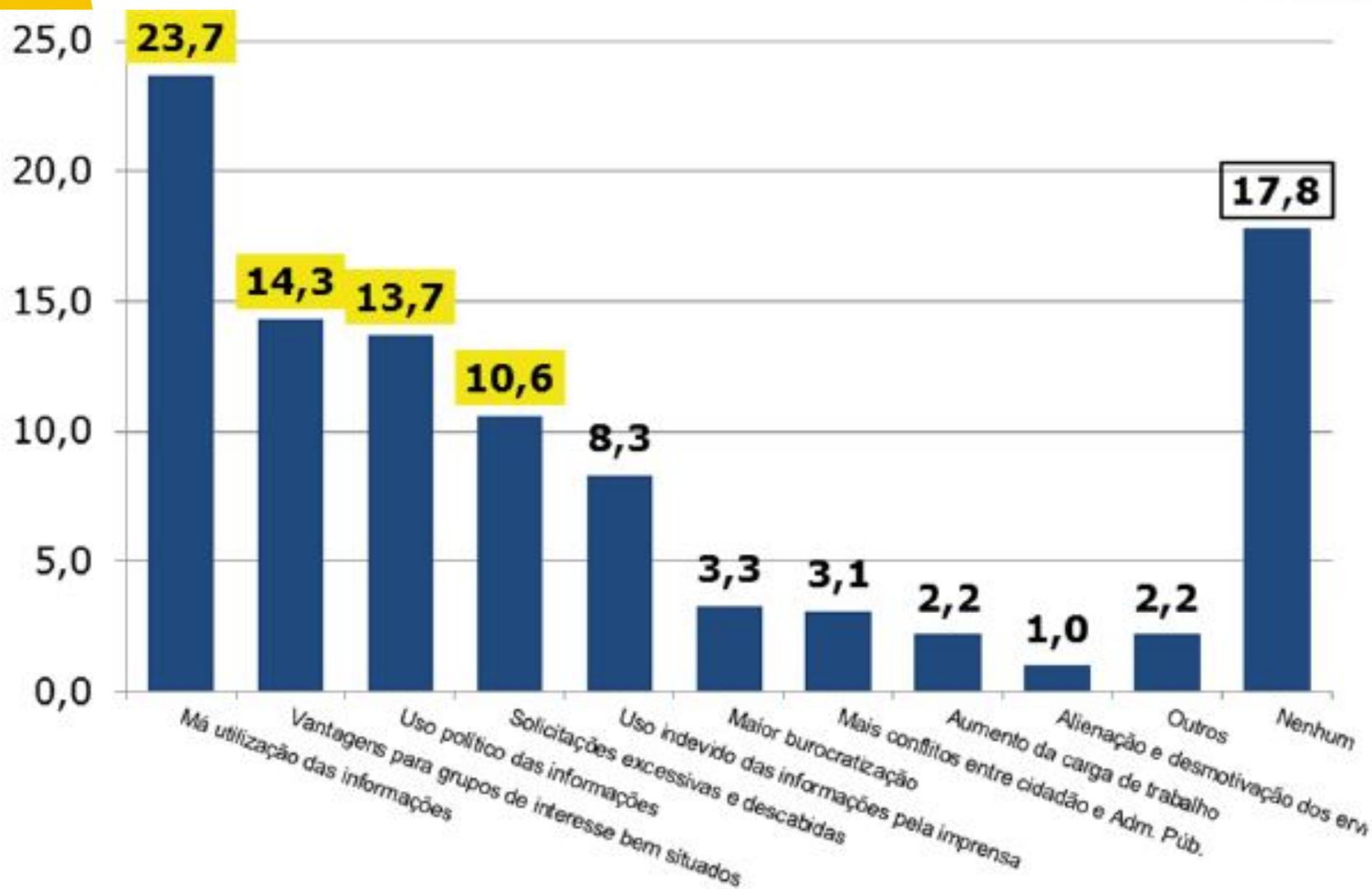
Ultrasecreta - Prazo de sigilo: 25 anos*



Quem serão os principais demandantes da informação?



Quais os aspectos negativos do acesso à informação?



Recomendações para minimizar estes riscos...

**Disponibilizar
o máximo de
informações
ao cidadão**



**Capacitação
dos servidores.**



Melhorar a formalização dos processos administrativos

“O que não está nos autos, não está no mundo.”

Controladoria Regional da União no Estado de Rondônia

Av. Calama, 3775 – Embratel

cguero@cgu.gov.br

Gabinete – 3217-5647 (Ricardo)

Assessoria – 3217-5648 (Lucas)

NAP – 3217-5643 (Leila)